



ANÁLISE DE PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO FLORESTAL
Parecer Único ERFB-CS N° 67/2017

1 – DADOS DO PROCESSO E EMPREENDIMENTO

Tipo de Processo / Número do Instrumento	(x) Processo de Intervenção Ambiental - Sem AAF		N° 09010000527/16	
Fase do Licenciamento	Processo de Intervenção Ambiental - Sem AAF anterior à emissão do DAIA			
Empreendedor	Felipe Luz Barbosa de Castro			
CNPJ / CPF	014.457.246-00			
Empreendimento	Construção de habitação/residência unifamiliar			
Classe	Não passível			
Condicionante N°	Não possui			
Localização	Saindo de Belo Horizonte sentido BR 040 para o Rio de Janeiro, entrar à direita para São Sebastiao das Aguas Claras, seguir as placas indicativas, chegando na portaria solicitar informações como chegar no lote 14 quadras 02 - CondomínioArvoredo .			
Bacia	Rio São Francisco			
Sub-bacia	Rio das Velhas			
Área intervinda	Área	Sub-bacia	Município	Fitofisionomias afetadas
	1.000,71 m ² ou 0,1000 ha	Rio das Velhas	Nova Lima	Floresta Estacional Semidecidual em Estágio Médio de Regeneração
Coordenadas:		Lat. 7784129	Long. 615700	
Área proposta	Área	Sub-bacia	Município	Destinação da área para conservação
	2.001,42 m ² ou 0,2001 ha	Rio das Velhas	Nova Lima	Floresta Estacional Semidecidual em Estágio Médio de Regeneração
Coordenadas:		Lat. 7784140	Long. 615664	
Equipe / Empresa responsável pela elaboração do PECF	Lucia Lopes P Rocha –Bióloga –CRBio 13.140-4 Bióloga/Meio Ambiente Marcos Birchal de Moura-Adm. de Empresa –CRA -01-049256/D Administração			

2 – ANÁLISE TÉCNICA

2.1-Introdução

O presente parecer visa analisar o Projeto Executivo de Compensação Florestal - PECF referente à intervenção e supressão vegetal para construção de habitação/residência unifamiliar localizada na Alameda Paraíso, lote n° 14, quadra 02, Condomínio Arvoredo, no município de Nova Lima/MG, Bacia do Rio São Francisco e Sub-bacia Rio das Velhas.

A proposta de compensação florestal em análise está relacionada ao Processo de Intervenção Ambiental - Sem AAF, PA N° 09010000527/16– NRRA-BH, anterior à emissão do DAIA, com



estabelecimento de medida compensatória que faz referência à compensação por intervenção em vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

O presente parecer tem como objetivo primordial, apresentar de forma conclusiva, a análise e avaliação da proposta do Projeto Executivo de Compensação Florestal (norteado pela Portaria IEF Nº 30, de 03 de fevereiro de 2015) de modo a instruir e subsidiar a instância decisória competente quanto à viabilidade, pertinência técnica e legal da implantação das prescrições contidas no Projeto Executivo apresentado.

2.2 - Caracterização da Área intervinda

Uma vez que a primeira referência para a proposta de compensação ambiental em epígrafe é a caracterização da área intervinda, segue uma breve descrição da mesma de acordo com o PECF - Projeto Executivo de Compensação Florestal.

Segundo PECF, trata-se do Lote nº 14, quadra 02, situado na Alameda Paraíso, inserido em área classificada como urbana correspondente ao Condomínio Arvoredo, aprovado e implantado no ano de 1995. Foi definido no projeto arquitetônico que a área de intervenção perfaz um total de 1.000,71m², correspondente à residência e os acessos. Dessa forma, como o lote apresenta área total de 4.526,00m², foram mantidos nessa fase de projeto 1.357,80m² com fins de preservação obedecendo ao que preconiza a legislação vigente e os 2.001,42m² restantes são destinados à compensação florestal.

De acordo com os dados levantados no PECF, a área que possui vegetação nativa remanescente – Floresta Estacional Semidecidual, que sofrerá intervenção para a implantação do projeto de obra residencial, corresponde a 1.000,71m² ou 0,100 ha. Registra-se a presença de trepadeiras lenhosas, herbáceas e samambaias; poucas epífitas. Não se verificou nesse terreno a presença de espécies vegetais endêmicas. Não foi registrada nenhuma espécie imune em porte que permita sua identificação. Não foram registradas espécies arbóreas ou arbustivas em risco de extinção, segundo a lista vermelha Biodiversitas. Foram identificadas como espécies arbóreas predominantes: Jacarandá (*Macherium acutifolium*), Angelim-pedra (*Andira anthelmia*), Jacaré (*Piptadenia gonoacantha*), Pau-roxo (*Peltogyne sp*), Camboatá (*Cupania oblongifolia*), Capitão-do-campo (*Terminalia brasiliensis*), Quaresmeira (*Tibouchina granulosa*).

Censo Florestal

Nome Popular	Nome Científico
Amarelinho	<i>Plathymenia reticulata</i>
Amendoim Bravo	<i>Platypodium elegans</i>
Camboatá	<i>Cupania oblongifolia</i>
Candeia Miúda	<i>Piptocarpha rotundifolia</i>
Canela	<i>Ocotea acutifolia</i>
Capitão do Campo	<i>Terminalia argentea</i>
Carrapateiro ou Pau Carrapato	<i>Cassia angustifolia</i>
Congonha do Campo	<i>Ilex cerasifolia</i>

Copaíba	<i>Copaifera langsdorfii</i>
Figueira	<i>Margarita rianobilis</i>
Folha de Serra	<i>Ouratea spectabilis</i>
Garapa	<i>Apuleia leiocarpa</i>
Goiabão	<i>Myrcia tomentosa</i>
Jacarandá	<i>Machaerium villosum</i>
Jacarandá Bico de Pato	<i>Machaerium nyctitan</i>
Jacarandá Caviúna	<i>Machaerium scleroxylon</i>
Macieira do Campo ou Camará	<i>Aloysia virgata</i>
Marmelo do Campo	<i>Ruprechtia laxiflora</i>
Mutamba	<i>Guazuma ulmifolia</i>
Pau Lagarto	<i>Casearia sylvestris</i>
Pau Terra	<i>Qualea grandiflora</i>
Pau Vermelho ou Vermelhão	<i>Hirtella glandulosa</i>
Peroba	<i>Paratecoma peroba</i>
Peroba do Cerrado	<i>Aspidosperma tomentosum</i>
Pindaíba	<i>Duguetia lanceolata</i>
Pixirica-branca	<i>Clidemia biserrata</i>
Quaresmeira	<i>Tibouchina granulosa</i>
Sangra d'Água ou Papagaio	<i>Croton urucurana</i>
Tingui ou Anil do Campo	<i>Magonia pubescens</i>

Fonte FECF 2016

Para balizar a intervenção ambiental (supressão de vegetação), que ainda não foi realizada, é apresentada poligonal da área intervinda (**Figura 1**), confeccionada em datum SIRGAS 2000 e no sistema de coordenadas Lat./Long., conforme orientação do Termo de Referência do Anexo II da Portaria IEF N° 30/2015.

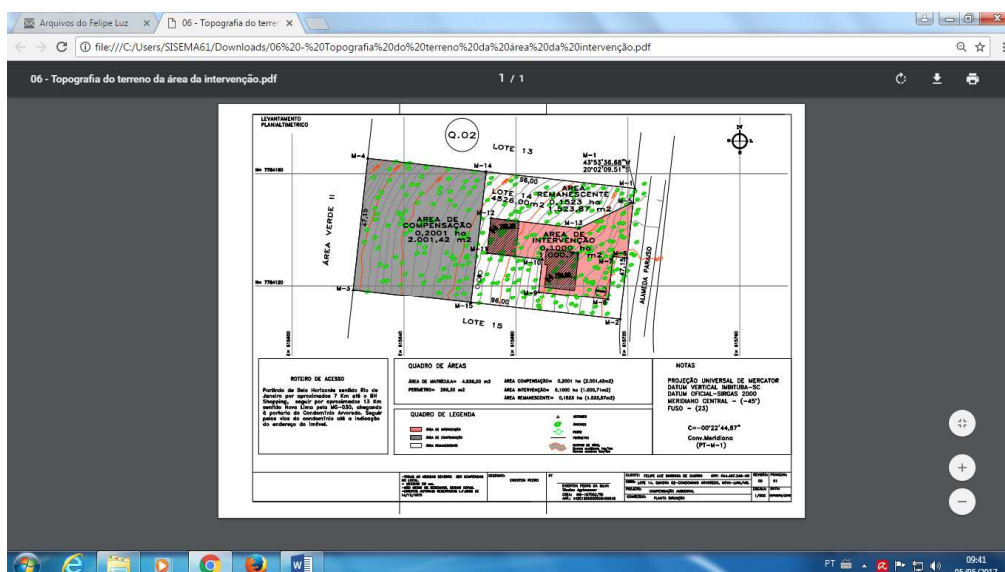


Figura 1. Poligonal da área intervinda. Fonte PECF/2016

A área requerida para intervenção de 1.000,71m² ou 0,1000ha apresenta espécies nativas arbóreas e herbáceas e presença de sub-bosque (**Fotos 1 e 2**).



Fotos 01 e 02 - Área de intervenção. Fonte PECF/2016

O quadro a seguir mostra em síntese as características da área intervinda:

Área	Bacia Hidrográfica	Sub-bacia	Área urbana		Fitofisionomia	Estágio Sucessional
			Sim	Não		
1.000,71m ² ou 0,1000ha	Rio São Francisco	Rio das Velhas	X		Floresta Estacional Semidecidual	Médio

2.3 - Caracterização da área proposta para compensação

Segundo o PECF, deseja-se executar o projeto executivo de compensação florestal em área de 2.001,42m² ou 0,2001 ha, localizada no interior do próprio Lote 14, situado na Alameda Paraíso. Esta área representa o dobro daquela que será influenciada pelo empreendimento (1.000,71m² ou 0,1000ha), o qual terá interferência mínima sobre a vegetação. O referido fragmento se apresenta com espécies arbóreas e herbáceas esparsas com presença de sub-bosque e serapilheira. O imóvel está inserido na bacia do Rio São Francisco, sub-bacia do Rio das Velhas, no município de Nova Lima /MG, abrangendo a fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração, sendo a modalidade de compensação florestal adotada a servidão florestal/ambiental.

Tendo em vista a natureza da intervenção ambiental proposta e contexto onde a propriedade se insere, a compensação florestal adotada foi a preservação de 30% área do lote e mais duas vezes a área de intervenção, conforme legislação ambiental vigente. Foi definida em projeto as áreas para preservação e compensação conforme os valores abaixo:

- Remanescente: 1.523,87m² (0,1523,87ha);
- Compensação: 2.001,42m² (0,2001ha);
- Intervenção: 1.000,71 m (0,1000 ha)



A área onde ocorrerá a compensação florestal será na própria propriedade, sendo assim, as características ambientais são aquelas informadas na caracterização da área de intervenção. O referido fragmento se apresenta de forma adensada, conforme **Fotos 3 e 4**.



Foto 03 e 04- Área proposta para compensação. Fonte PECF/2016

A área foi vistoriada para verificação da extensão, localização, equivalência ecológica com a área suprimida, bem como outros aspectos inerentes à modalidade de compensação proposta. Acrescenta-se que os pontos vistoriados foram definidos com base na análise de imagens satélite do polígono encaminhado pelo empreendedor. Na seleção de pontos buscou-se amostrar a diversidade da vegetação local no tocante às fitofisionomias existentes, aos estágios sucessionais, à influência de áreas de borda e a vegetação ciliar, dentre outros.

A seguir este parecer apresenta uma análise da proposta com relação a sua adequação à legislação vigente, bem como com relação à viabilidade técnica da proposta.

2.4 - Adequação da área em relação a sua extensão e localização

Com relação à localização da área a ser proposta como compensação florestal por supressão de remanescentes de Mata Atlântica alou Federal nº 11.428 de 2006, nos seus artigos 17 e 31, determina que:

Art. 17. O corte ou a supressão de vegetação primária ou secundária nos estágios médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica, autorizados por esta Lei, ficam condicionados à compensação ambiental, na forma da destinação de área equivalente à extensão da área desmatada, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma sub-bacia hidrográfica, e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31, ambos desta Lei, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana.

§ 1º Verificada pelo órgão ambiental a impossibilidade da compensação ambiental prevista no caput deste artigo, será exigida a reposição florestal, com espécies nativas,



em área equivalente à desmatada, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma sub-bacia hidrográfica.

...

Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerá de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11 12 e 17 desta Lei.

§ 1o Nos perímetros urbanos aprovados até a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

§ 2o Nos perímetros urbanos delimitados após a data de início de vigência desta Lei, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração fica condicionada à manutenção de vegetação em estágio médio de regeneração em no mínimo 50% (cinquenta por cento) da área total coberta por esta vegetação.

O Decreto Federal nº 6.660/2008, em seu artigo 26, sem fazer distinção de tipologia de empreendimentos, define os critérios de localização das áreas a serem propostas como compensação por intervenção em Mata Atlântica:

Art. 26. Para fins de cumprimento do disposto nos arts. 17 e 32, inciso II, da Lei no 11.428, de 2006, o empreendedor deverá:

I - destinar área equivalente à extensão da área desmatada, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma Sub-bacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei no 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana;

ou
II - destinar, mediante doação ao Poder Público, área equivalente no interior de unidade de conservação de domínio público, pendente de regularização fundiária, localizada na mesma bacia hidrográfica, no mesmo Estado e, sempre que possível, na mesma sub-bacia hidrográfica.

Em âmbito estadual, a SEMAD acompanha todos os requisitos estabelecidos pela legislação federal no que se refere à localização da área a ser compensada. Assim, entende-se que a área proposta atende os requisitos relacionados à localização, uma vez que se insere:

- ✓ Na mesma bacia do Rio São Francisco;
- ✓ Na mesma Sub-bacia Rio das Velhas;
- ✓ No mesmo município de Nova Lima.



O percentual proposto pela Recomendação N° 005/2013/MPMG prevê que para cada hectare de supressão, a compensação florestal proposta seja no mínimo o dobro da área suprimida. Assim, entende-se que a proposta atende tal exigência, uma vez que a área a ser suprimida possui 0,1000 ha ou 1.000,71m² e a área proposta possui 0,2001ha ou 2.001,42m², atingindo, portanto, o dobro da área a ser suprimida.

2.5 - Equivalência ecológica

O Inciso I do Art. 26 do Decreto Federal 6.660/2008, já citado anteriormente, define que, nos casos de compensação ambiental por intervenção em Mata Atlântica, a área destinada para a conservação deve conter “as mesmas características ecológicas” da área que sofreu intervenção.

Para avaliação deste requisito partir-se-á da análise da equivalência das áreas afetadas e proposta em termos fitofisionomias existentes e estágios sucessionais, conforme dados do PECF, sendo que a área proposta para compensação se encontra contígua à área de intervenção, portanto, possuindo as mesmas características. Os dados estão consolidados no quadro a seguir:

Área intervinda			Área a ser compensada (ha) 2:1	Área proposta		
Município: Nova Lima -MG				Município: Nova Lima -MG		
Sub-bacia: Rio das Velhas			Sub-bacia: Rio das Velhas			
Área	Fitofisionomia	Estágio sucessional		Área	Fitofisionomia	Estágio sucessional
0,1000ha ou 1.000,71m ²	FESD	Médio		0,2001ha ou 2.001,42m ²	FESD	Médio

De acordo com o PECF, a proposta compreende uma área de 0,2001ha ou 2.001,42m², contígua à área de intervenção, portanto, possuindo as mesmas características. O referido fragmento se apresenta com vegetação esparsa, abrangendo a fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração.

2.6 - Adequação da área com relação às formas de conservação previstas na legislação.

A legislação ambiental prevê três formas básicas de cumprimento da compensação por intervenção em Mata Atlântica, sendo a proposta do empreendedor analisado sob a luz destas possibilidades e com base na legislação aplicável a cada uma delas:

2.6.1 Destinação de área para a Conservação

Formas jurídicas de Destinação de Áreas para a Conservação

O Art. 27 do Decreto Federal 6.660/2008 assim se refere às formas de destinação de área para a conservação:

Art. 27. A área destinada na forma de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 26, poderá constituir Reserva Particular do Patrimônio Natural, nos termos do art. 21 da Lei no



9.985, de 18 de julho de 2000, ou servidão florestal em caráter permanente conforme previsto no art. 44-A da Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965 - Código Florestal.

O nível estadual, e em consonância com o referido decreto, a Portaria IEF nº 30/2015, em seus artigos 1º e 2º, caracterizam os instrumentos jurídicos e documentos técnicos necessários para a aplicação das diferentes formas de compensação previstas.

De acordo com o PECF, a proposta compreende uma área de 0,2001ha ou 2.001,42m², contígua à área de intervenção, portanto, possuindo as mesmas características. O referido fragmento abrange a fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração, sendo a modalidade de compensação florestal adotada a servidão florestal/ambiental. A Servidão florestal proposta pelo empreendedor, em 0,2001 ha ou 2.001,42m² de vegetação nativa ocupada pela fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração, será instituída na Matrícula nº 53.178, livro nº 2, do CRI da Comarca de Nova Lima /MG.

Assim, considerando todos os aspectos observados, este parecer opinativo conclui que a proposta apresentada de servidão florestal/ambiental do PECF atende a legislação ambiental, bem como possui atributos técnicos que conferem viabilidade às mesmas.

2.7 - Síntese da análise técnica

A proposta realizada mediante o PECF, bem como a síntese da análise realizada por este Parecer está consolidada no quadro a seguir:

Área intervinda		Área proposta					
Fitofisionomia /estágio sucessional	Área	Fitofisionomia/estágio Sucessional	Área	Sub-bacia	Propriedade	Forma de compensação	Adequada (S/N)
FESD Médio	1.000,71 m ² ou 0,1000 ha	FESD Médio	2.001,42 m ² ou 0,2001 ha	Rio das Velhas	Lote 14 Quadra 02 Cond. Arvoredo	Servidão Florestal/ Ambiental	SIM

3 - CONTROLE PROCESSUAL

Trata-se o expediente de processo administrativo formalizado pelo empreendedor com o fito de apresentar proposta de compensação por intervenção a ser realizada no bioma de Mata Atlântica, para fins de construção de residência unifamiliar.

Considerando-se o disposto na Portaria IEF Nº 30, de 03 de fevereiro de 2015, o processo encontra-se devidamente formalizado, haja vista a apresentação da documentação e estudos técnicos exigidos na mencionada portaria, motivo pelo qual, legítima é a análise do mérito técnico quanto às propostas apresentadas.



Atendo-se primeiramente à proposta que visa a compensar intervenção ser realizada dentro dos limites do Bioma de Mata Atlântica para o empreendimento referente ao Processo de Intervenção Ambiental - Sem AAF N° 0901000527/16/NRRA-BH. Infere-se, à luz das argumentações técnicas acima apresentadas, que a proposta manteve correspondência com os requisitos impostos pela legislação ambiental em vigor, em especial ao que dispõe os artigos 17 e 31 da Lei 11.428/2006 e os artigos 26 e 27 do Decreto Federal 6.660/2008, pelo fato de se amoldarem proporcionalidade de área e a Recomendação N° 005/2013 do Ministério Público de Minas Gerais - MPMG; e observância quanto à localização referente à bacia hidrográfica e, ainda, as características ecológicas, senão vejamos:

Com relação à proporcionalidade de área, a extensão territorial oferecida pelo empreendedor a fim de compensar a supressão realizada é superior ao mínimo exigido pela legislação federal, atendendo, inclusive, o percentual proposto pela Recomendação N° 005/2013/MPMG, que prevê, para cada hectare de supressão, a compensação florestal em dobro da área suprimida. Os estudos demonstram que será suprimida vegetação dentro dos limites do Bioma de Mata Atlântica num total de 0,1000ha ou 1.000,71m² e ofertado a título de compensação uma área de 0,2001ha ou 2.001,42m². Logo, o critério quanto à proporcionalidade de área foi atendido.

Quanto à localização da intervenção e da proposta apresentada, inequívoca é a sua conformidade nos termos dos artigos 17 e 31 da Lei 11.428/2006, haja vista que é possível verificar que a medida compensatória proposta pelo interessado será realizada no mesmo imóvel, portanto na mesma bacia do empreendimento, conforme estudos técnicos apresentados e o presente parecer opinativo. Portanto, o critério espacial foi atendido.

No que se refere às características ecológicas, vislumbramos que a argumentação técnica empreendidas, especialmente do estudo comparativo realizado, informado no projeto executivo guarda conformidade com as aferições realizadas *in locu*.

A proposta compreende uma área de 2.001,42m² ou 0,2001ha, contígua à área de intervenção, portanto, possuindo as mesmas características. O referido fragmento abrange a fitofisionomia de Floresta Estacional Semidecidual em estágio médio de regeneração, sendo a modalidade de compensação florestal adotada a servidão florestal/ambiental. A Servidão florestal proposta pelo empreendedor será instituída na Matrícula n° 53.178, livro n° 2, do CRI da Comarca de Nova Lima /MG.

Isto posto, consideramos que a proposta apresentada no PECE não encontra óbices legais e técnicos. Com isso opinamos pela aprovação.

4 - CONCLUSÃO

Consideramos que as análises técnica e jurídica realizadas constataram que o presente processo se encontra apto à análise e deliberação da Câmara de Proteção à Biodiversidade e Áreas



Protegidas do COPAM, nos termos do Art. 18 do Decreto Estadual 44.667/2007, realizamos a tramitação deste com fito de prosseguimento do feito.

Ainda, consideramos que os aspectos técnicos descritos e analisados, bem como a inexistência de óbices legais e técnicos no cumprimento da proposta de Compensação Florestal por intervenção no Bioma de Mata Atlântica, este Parecer opina pelo deferimento da proposta de compensação florestal apresentada pelo empreendedor nos termos do PECF analisado.

Acrescentamos que, caso aprovado os termos postos no PECF e neste parecer opinativo, as obrigações constarão de Termo de Compromisso de Compensação Florestal - TCCFa ser firmado pelo empreendedor no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da decisão e deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, por parte do empreendedor ou requerente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura.

Caso o empreendedor ou requerente não assine o Termo de Compromisso de Compensação Florestal nos prazos estipulados, o IEF expedirá notificação ao interessado, para que no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da mesma, proceda à assinatura e publique o termo no Diário Oficial do Estado, sob pena de solicitação das providências cabíveis à Presidência do COPAM.

Ressalta-se, finalmente, que o cumprimento da compensação florestal em tela não exclui a obrigação do empreendedor de atender às demais condicionantes definidas no âmbito do processo de intervenção ambiental sem AAF - PA N° 09010000527/16– NRRA-BH.

Este é o parecer.

Smj.

Barbacena, 05 de Maio de 2017

Equipe de análise	Cargo/formação	MA SP	Assinatura
Hélio Furquim Werneck Pires	Analista Ambiental/ Engenheiro Florestal	1020930-2	
Márcio de Fátima Milagres de Almeida	Analista Ambiental/ Engenheiro Florestal	1002331-5	
Rosemary Marques Valente	Assessoria Jurídica	1172281-6	

DE ACORDO:

Ricardo Ayres Loschi
Chefe do Escritório Regional Centro Sul